



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

V CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Pedro foi aprovado em concurso público, cujo resultado foi publicado em 15.01.96. Em 15.03.96 foi nomeado para o cargo, tendo tomado posse em 10.04.96 e entrado em exercício em 02.05.96, lotado na Secretaria de Saúde. Em 15.02.98 foi publicada lei extinguindo diversos cargos, dentre os quais o de Pedro.

Pergunta-se: o que ocorrerá com Pedro? Fundamente. (Valor=1)

2) Fez-se licitação, modalidade convite, tipo menor preço, à qual somente compareceu um licitante. A autoridade competente determinou a repetição do certame por não haver comparecido um mínimo de 03 (três) licitantes. Na subsequente, foram convidadas 10 (dez) empresas, tendo comparecido somente a empresa "A", que apresentou proposta de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), de modo que o número de propostas foi inferior a 03 (três). (Diante disto, a Comissão de Licitações solicitou parecer da Assessoria Jurídica da entidade licitante, sugerindo a contratação direta, por esta, de qualquer empresa, com fulcro no inciso V do artigo 24 da Lei de Licitações, tendo em conta que não foi obtido o número mínimo de licitantes (03).

Como assessor jurídico, oriente a autoridade superior sobre a decisão que deverá ser dada ao caso. Fundamente. (Valor=1)

3) João é promotor de justiça, laborando das 13 às 17 horas, em razão de expressa disposição contida na Lei Orgânica do Ministério Público de seu Estado. Além disso, exerce ele outras atividades, sendo: a) de professor, na Faculdade de Direito "A", vinculada ao mesmo Estado, laborando das 7 às 11 horas; b) de professor, na Faculdade de Direito "B", pertencente a Organização Paloma de Ensino, entidade privada, das 19 às 20 horas. É convidado para ser Diretor da Faculdade de Direito "B".

Sendo você designado para emitir parecer sobre as acumulações indicadas, responda fundamentadamente:

a) é possível a acumulação, por João, das atividades de professor com o cargo de promotor? (Valor=1)

b) é possível a assunção de João ao cargo de Diretor da Faculdade "B"? (Valor=1)

4) O Município "A" necessita edificar uma escola em um bairro da sede. O único imóvel que serve para tal intento é uma área pertencente ao Município "B", que está localizada na sede da cidade "A". Diante disto, o Prefeito de "A" expede decreto expropriatório em 28.04.97, publicado no órgão oficial em 29.04.97 (terça-feira), declarando, inclusive, urgência na desapropriação. Não havendo solução amigável, ingressa com ação no

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Judiciário em 29.08.97, pedindo depósito do preço e imissão provisória na posse.

Responda, fundamentando:

- a) o pedido de imissão provisória na posse pode ser deferido a favor da expropriante? (Valor=1)
- b) qual o argumento mais evidente que o expropriado poderá alegar em sua defesa ou em ação própria? (Valor=1)

5) Os cargos de trabalhador braçal, gari e servente, na Prefeitura "Y", tinham grande rotatividade, causando sérios transtornos administrativos e exigindo a realização de concursos públicos freqüentes, para provimento das vagas. O Prefeito, com o escopo de resolver o problema, enviou projeto de lei à Câmara Municipal em 20.02.1998, que foi aprovado, criando uma empresa pública com a finalidade de locar mão-de-obra de conservação e limpeza à Prefeitura. A partir da publicação da Lei, a Prefeitura "Y" passou a contratar diretamente referida empresa. Comente sobre a legalidade do procedimento adotado. (Valor=1)

6) O Poder Público, sem observância do devido procedimento expropriatório, apossou-se de terreno particular para construir uma escola pública, já edificada e em funcionamento.

Pode o imóvel em questão ser objeto de reivindicação ou reintegração pelo particular? Fundamente. (Valor=1)

7) De acordo com o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, ficou consagrada a teoria da responsabilidade objetiva do Estado. No texto constitucional referido, estão compreendidas duas regras. Quais são? Ademais, é possível a existência de causas excludentes de responsabilidade? Fundamente sua resposta. (Valor=1)

8) Diversas são as causas que determinam a extinção dos atos administrativos. As causas mais comuns e mais importantes são: a revogação e a anulação, que alguns autores preferem denominar invalidação. Dentro do título "invalidade dos atos administrativos" alguns afirmam a possibilidade de convalidação do ato administrativo. Pergunta-se: o que é convalidação e quando poderá ocorrer? (Valor=1)